

**TEORIA E ENSINO DE GRAMÁTICA
APLICADOS AOS ESTUDOS MORFOLÓGICOS
NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Antonio Cílrrio da Silva Neto (UFT)

acilirio@bol.com.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo tem como pressuposto analisar o contexto teórico das gramáticas mais atuais e os postulados de gramáticos e linguistas como Bagno (2011), Castilho, (2012), Cunha e Cintra (2007), Perini (2013) e Neves (2012), no ensino voltado aos aspectos morfológicos (substantivo e adjetivo) da língua materna no ensino fundamental, igualmente sobre a noção de gramática como um “aparato que arranja os sentidos na língua”, um mecanismo que nos permite “ensopar de precisão a nossa língua”, ou que nos faz “perder nos trilhos de por onde ir” (NEVES, 2012, p. 24) tem também como objetivo discutir questões teóricas e práticas voltadas à formação de professores de português, bem como o uso, a produção e a análise de materiais didáticos a partir de teorias e análises linguísticas no estudo das gramáticas que se quer empreender nesse trabalho, que remontam desde os postulados do início dessa disciplina, até as considerações mais contemporâneas sobre a mesma no ensino da língua portuguesa e sua relação com a prática docente, ou seja, das teorias até a prática de análise linguística e estudo da gramática e suas variações em contextos de ensino. Esta pesquisa faz parte de um projeto maior que tem como escopo a elaboração de uma gramática para as séries iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Gramática. Morfologia. Ensino de línguas.

1. Introdução

Neste artigo, temos como pressuposto analisar o contexto teórico das gramáticas mais atuais e os postulados dos gramáticos e linguistas Bagno (2011), Castilho, (2012), Cunha e Cintra (2007), Perini (2013) e Neves (2012), no ensino voltado aos aspectos morfológicos (substantivo

e adjetivo) da língua materna no ensino fundamental, temos também como objetivo discutir questões teóricas e práticas voltadas à formação de professores de português, bem como o uso, a produção e a análise de materiais didáticos a partir de teorias e análises linguísticas no estudo das gramáticas que se quer empreender nesse trabalho, que remontam desde os postulados do início dessa disciplina, até as considerações mais contemporâneas sobre a mesma no ensino da língua portuguesa e sua relação com a prática docente, ou seja, das teorias até a prática de análise linguística e estudo da gramática e suas variações em contextos de ensino. Esta pesquisa faz parte de um projeto maior que tem como escopo a elaboração de uma gramática para as séries iniciais do ensino fundamental.

Para o estudo da língua portuguesa no contexto do ensino fundamental se faz imperioso envolver uma reflexão sobre um plano educativo que se quer implementar nesse nível de ensino (SEB/MEC, 2008). Toma-se como base nesse estudo as normas e diretrizes abordadas nos PCN em especial os de língua portuguesa (1997) do primeiro ciclo, o mesmo advoga que "é no interior da situação de produção de texto, enquanto o escritor monitora a própria escrita para assegurar sua adequação, coerência, coesão e correção, que ganham utilidade os conhecimentos sobre os aspectos gramaticais" (PCN, 1997, p. 89).

Para os PCN, o objetivo desses aspectos gramaticais "é que os alunos utilizem os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para melhorar a capacidade de compreensão e expressão, tanto em situações de comunicação escrita quanto oral" (1997, p. 91).

2. A gramática nos primórdios e os documentos oficiais

Para se falar de gramática, é necessário ter a noção de gramática como um "aparato que arranja os sentidos na língua", um mecanismo que nos permite "ensopar de precisão a nossa língua", ou que nos faz "perder nos trilhos de por onde ir" (NEVES, 2012, p. 24). Entre outros dizeres, a gramática ora pode nos ajudar a organizar a língua, ora pode nos deixar de fora de tal organização.

Neves (2012) registra que é a Dionísio Trácio que se atribui uma arte da gramática (*Téchne grammatiké*), a primeira gramática do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715, e que representa a gramática alexandrina. Para Oliveira, a *Techné Grammatiké* de Dionísio Trácio

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

é "um texto grego que chegou até nós em dezenas de manuscritos medievais (X – XVIII séculos)". (OLIVEIRA, 2011, p. 7-8)

A gramática, nessa época, ganhou o conceito de "conhecimento empírico do que se diz frequentemente nos poetas e nos prosadores" (DIONÍSIO, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 8), Oliveira diz que era um conhecimento não interiorizado, surgido de experiências de análise textual ou filológica.

Percebe-se que a herança grega da gramática da língua deixou marcas na história da sistematização gramatical no Brasil, assim como em sua organização por via da gramática latina e do esforço de estudiosos de Alexandria, que nas suas formulações se amparavam no pensamento grego, apesar de tudo que a ciência linguística tenha colaborado no estudo da linguagem e da língua no Ocidente, conservando "um núcleo comum bastante fixo do conjunto de termos que designam unidades, categorias e funções ligadas ao funcionamento das diversas línguas dessas nações" (NEVES, 2012, p. 238).

Posto isso, nos dias de hoje as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais* face as exigências para a educação básica, diz que a escola precisa se reinventar, ou seja:

priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e ao mesmo tempo capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida (DCN, 2013, p. 16).

Portanto, a escola tem diante de si o desafio de sua própria recriação, reinvenção, para as *Diretrizes* (2013), tudo o que se refere à escola é invenção, por isso, os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento.

Quando a escola se recria, especialmente no ensino fundamental, e conseqüentemente em toda educação básica, é por que se busca a qualidade, que não tem sido tão estimulada quanto à quantidade. Na universalização do acesso à escola, prima-se pela quantidade, que é necessária, mas não assegura-se a permanência do educando, essencial para a qualidade. Só a oportunidade de acesso não é garantia para a inserção no mundo do conhecimento.

Nas *Diretrizes Curriculares*, percebemos que o conceito de qualidade na escola, inclui a qualidade pedagógica e qualidade política, essas qualidades:

abrangem diversos modos avaliativos comprometidos com a aprendizagem do estudante, interpretados como condições que se interpenetram ao longo do processo didático-pedagógico, o qual tem como alvo o desenvolvimento do conhecimento e dos saberes constituídos histórica e socialmente (DCN, 2013, p. 21).

Vemos que as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais* (2013), visam que a qualidade na escola perpassa pelo conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar, abarcando mais que o exercício político-pedagógico que se viabiliza mediante atuação de todos os sujeitos da comunidade educativa, mas mediante, também, aquisição e utilização adequada dos objetos e espaços. Essa escola, de qualidade social, deve adotar como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens para desenvolver um ensino de qualidade.

Portanto, diante das informações expostas pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais* (2013), buscamos em nosso artigo as especificidades das *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental* de 9 (nove) anos, no que tange ao ensino e aprendizagem de língua portuguesa para o primeiro ciclo (de 1º ao 5º ano), e mais especificamente para o 3º ano em relação aos aspectos gramaticais – morfologia: substantivo e adjetivo. Dessa forma, no ensino fundamental, o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa, com exceção às comunidades indígenas que além dessa língua devem se utilizar de sua língua materna e processos próprios de aprendizagem.

3. *A gramática na visão de Perini*

Perini (2013), questiona o porquê de as pessoas passarem longos anos estudando, e ainda assim serem analfabetos científicos, e como é que se impede alguém de desenvolver pelo menos algum conhecimento e espírito científico, no processo de alfabetização?

A resposta para esse autor, seria a falta de noção clara do que vem a ser ciência, para Perini "muitos estudantes e alguns professores não sabem que a ciência não é um corpo de conhecimentos e resultados; é um método de obter esses conhecimentos e resultados" (2013, p. 32), conhecer e decorar resultados da ciência, não tem nada a ver com alfabetização científica.

A disciplina de gramática deve ensinada cientificamente, pois nela temos que lidar com diversas classes de palavras, e que há boas razões para isso, porque se todas as palavras pertencessem a mesma classe, não

seria possível descrever a aceitabilidade, como nas frases "um outro gato." e "*outro um gato". Para um estudioso da língua não é perda de tempo definir as classes de palavras, pois, elas constituem uma boa parte da estrutura de uma língua. A gramática é o estudo de certos fenômenos da vida real, ou seja, a ordenação mais ou menos fixas das palavras em sintagmas (PERINI, 2013).

O aluno tem o direito de conhecer as classes de palavras, e saber o que é gramática, ela é uma disciplina que estuda uma parte importante do nosso conhecimento do mundo, programado no nosso cérebro, e acessível à observação através do comportamento e do julgamento dos falantes.

Para Perini (2013), entre outros dizeres, a gramática é uma disciplina científica com o escopo no estudo, na descrição e na explicação de fenômenos do mundo real.

Ademais, para se trabalhar com gramática é preciso que a trabalhamos como as ciências em geral. Perini sugere a adoção de objetivos, como:

1. Abandonar as falsas promessas de que estudar gramática é o caminho para aprender a escrever;
2. Assumir posição científica diante ao fenômeno da linguagem, admitindo o questionamento, aceitar a necessidade de justificar as afirmações feitas e dar lugar à dúvida sistemática, e não a vontade de crer, trabalhamos com fatos e teorias, e não com crenças e dogmas;
3. Procurar atividades que envolvam a observação e eventual manipulação de fatos da língua;
4. Abandonar a ideia de que é possível realizar o estudo completo de uma língua, de que a gramática portuguesa é um sistema plenamente conhecido, e de que a descrição está pronta e relatada na literatura;
5. Apresentar a ideia de que fazer gramática é estudar os fatos da língua, e não construir um código de proibições para dirigir o comportamento linguístico das pessoas (PERINI, 2013, p. 39-40).

Diante dos fatos elencados fica visível, para esse autor, que não é verdade que o povo fala de qualquer jeito, e que é possível elaborar uma gramática da língua falada, rica, complexa e interessante, quanto a gramática da língua padrão. Perini (2013), conclui dizendo que o estudo da gramática na escola precisa de reformulações, em termos de formação científica, para ele, devemos vê-la como uma das disciplinas científicas do currículo.

Para Perini, as classes de palavras, ou seja, para ele, classes de formas são tratadas de maneira inadequada nas gramáticas tradicionais, e que seria necessário fazer considerações teóricas sobre o que vem a ser classe e em particular distinguir classe de função. "As funções se definem no contexto em que ocorrem, mas as classes se definem fora do contexto". "Uma classe é o conjunto das formas que têm o mesmo potencial funcional" (PERINI, 2013, p. 290-291).

Isso quer dizer que na palavra *gato*, poderíamos perguntar, a que classe pertence e qual a sua função sintática? Digamos sem grande dificuldade que 'gato' é um substantivo, já a sua função sintática ficaria sem resposta, mas se usarmos a terminologia tradicional, ela pode ser um sujeito, objeto direto, predicativo do sujeito, núcleo do sintagma nominal, complemento de preposição. A palavra *gato*, na frase 'gato dá muito trabalho', é sujeito, mas a sua função se caracteriza pela inserção dessa palavra em determinado entorno gramatical, podendo ser outra coisa em outra oração. Pensamento defendido por outros gramáticos, linguistas e filólogos, como Bagno (2011), Castilho (2012), Cintra e Cunha (2007), Neves (2011) e outros.

Para Perini (2013), não podemos distinguir substantivos de adjetivos, pois elas pertencem ao que ele chama de nominais, palavra nascida da crença de que ser ou não um constituinte imediato de um sintagma nominal é um traço gramaticalmente importante. Por exemplo, para distinguir palavras como *amigo*, *mesa*, *alto* são nominais, mas as palavras 'então, de', 'certamente' não são, o que podemos dizer de maneira geral, por exemplo: somente os nominais podem ter gênero, número, marcado pelo sufixo *-s* e potencial referencial. Esse autor diz que "não podemos dizer que todos os nominais podem ter gênero, mas podemos dizer que somente os nominais podem" (PERINI, 2013, p. 298).

Para alguns tipos de nominais, como Perini chama as classes de palavras, os substantivos e adjetivos, os nomes, seriam uma subclasse desses nominais. As gramáticas falam de nomes substantivos e nomes adjetivos, para esse autor:

Uma característica dos nomes como grupo é muitos deles terem potencial referencial, e muito potencial qualificativo. O potencial referencial não é exclusivo dos nomes (outros nominais, como *ele* também tem), e o potencial qualificativo parece também ser assumido por verbos, como *ela brilha*, um sínonimo próximo de *ela é brilhante*. (PERINI, 2013, p. 301)

No estudo das classes de palavras, esse autor diz que faz um esforço para salvar a intuição tradicional e chama essas classes de nominais

e não tendo ainda escolha, ou seja uma definição mais confiável na ausência de levantamentos amplos do léxico, e põe o substantivo e o adjetivo na classe dos nomes, podendo ser mais referencial ou mais qualificativo. E, assim Perini encerra o assunto sobre classes de formas, como ele prefere chamar as classes de palavras.

4. A gramática na visão de Bagno (2011)

Outro autor que faz parte do nosso referencial teórico, Marcos Bagno (2011), diz que a história das classes de palavras é uma verdadeira saga, uma boa epopeia, repleta de peripécias, reviravoltas e vicissitudes, com brigas familiares, traições, deserções etc.

Para esse autor na epopeia das classificações gramaticais, as palavras que expressam a substância receberam uma casa só para elas, o que não aconteceu com as palavras que representam o acidente, ou seja o predicado, porque exigia análise mais detida. Bagno (2011) concorda com outros autores quando diz que o substantivo é a substância, é aquilo que está por baixo, enquanto o sujeito é aquilo que é lançado embaixo, que subjaz, isso para ele representa uma sinonímia, na prática sujeito e predicado significam a mesma coisa, nos tempos passados, o *hypokeímenon*, com relação muito íntima.

Na gramática da tradição escolar, os adjetivos são palavras que expressam as qualidades, porém as qualidades não são permanentes e não participam da substância do ser, elas são flexíveis, modeláveis, plasmáveis (BAGNO, 2011).

Porém, no século XVII, o que estava junto se desfez, o gramático francês Nicolas Beauzée, propôs que os adjetivos tivessem casa própria e se separassem dos substantivos, após tantos séculos de coabitação, foram obrigados a viverem em casas separadas.

Bagno diz que essa independência vive em constante ameaça, apesar de ter se fixado nas gramáticas normativas, sempre contestada por linguistas, Jan Goes (*apud* BAGNO, 2011) faz um tratado dos adjetivos desde Platão a Beauzée, e apresenta o retorno do adjetivo à classe do verbo. Outros estudiosos preferem na classe dos nomes, como o linguista Mário Perini, como já expusemos o seu posicionamento acima. Bagno também prefere incluir os substantivos e adjetivos na classe dos nomes, mas compartilha com autores que fazem a distinção entre essas duas ca-

tegorias, sob o rótulo de nomes e como subclasse de uma classe maior, a dos nominais, como fazia os estoicos e como faz Perini.

Assim como Castilho, Bagno (2011) faz um traçado comparativo entre os substantivos e os adjetivos, e acrescenta alguns pontos às propriedades morfossintáticas dessas classes.

Diante disso, Bagno reforça a ideia de que os adjetivos e os substantivos exibem marcas de gênero e número, mas só o substantivo tem gênero como propriedade inerente, não flexional. Por outro lado, as propriedades morfossintáticas da classe dos adjetivos são maiores, pois só eles podem exibir marcas de gradação, aceitarem o sufixo *-vel* para expressão de potencialidade, o sufixo *-mente* para expressão de modo, o sufixo *-oso* para expressão de quantificação e intensidade, o sufixo *-ês* e *-ense* na formação de gentílicos, podem, também, serem modalizados por um verbo, e por fim, exercerem função predicativa em minissentença.

Passamos à reflexão e análise dessas ideias de Bagno, quando postula que o gênero e o número dos adjetivos concordam com o substantivo, como em homem bonito, mulher bonita, homens bonitos, mulheres bonitas. Ele, diz que a existência de adjetivos que têm a mesma forma no masculino e no feminino é a prova de que a inexistência de marca morfológica de gênero não altera em nada a compreensão do enunciado, como em homem/mulher *grande*, limão/maçã *verde* etc.

Quanto ao grau, Bagno concorda com Castilho, os substantivos, sendo referenciais, não admitem gradação, eles admitem sufixos de aumentativo e diminutivo, mas informam o tamanho, a dimensão do objeto referido. O sufixo *-vel* traz a ideia de participio passado, como em dirigível = que pode ser dirigido. O sufixo *-oso* é aplicado a substantivo para a formação de adjetivos que expressam abundância e intensidade, como em formoso, formosa, formosos, formosas. o sufixo *-ês* e *-ense* é usado para a formação de gentílicos: língua *portuguesa* (adj.), *o português* (subst.); o povo *amapaense* (adj.), *as amapaenses* (subst.). A modalização dos adjetivos por meio do advérbio se dá, por que é o adjetivo que modifica o substantivo, como em *'muito* feliz, *menos* alegre etc., as palavras mais muito e menos ocorre diante de um substantivo, pois não é advérbio, é um quantificador indefinido, conforme a tradição um pronome indefinido (BAGNO, 2011).

Bagno (2011) resume, assim, as propriedades morfossintáticas dos nomes, para os substantivos o *gênero* é inerente masculino e feminino, e a formação do feminino se dá por derivação, já os adjetivos somente por

flexão; o *número* do adjetivo e do substantivo se dá por flexão; o *grau* não ocorre nos substantivos, somente nos adjetivos e por derivação; por fim, o *tamanho* que acontece somente nos substantivos e por derivação.

Para conceituar e definir substantivo, temos em Cunha e Cintra o conceito de "palavra que designamos ou nomeados os seres em geral" (2007, p. 191). E temos ainda um conceito funcional, desse autor para essa classe, como "palavra que serve, privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do indireto e do agente da passiva" (*idem*, p. 192).

Bagno não concorda com esse posicionamento, para ele quando lidamos com o substantivo, devemos optar pelo estudo da referenciação, assim define substantivo como "palavra que nos permite fazer referência aos objetos do mundo real, do mundo virtual e do mundo mental" (BAGNO, 2011, p. 695), essa referência é feita pela designação dos objetos desses mundos para nos referir a eles.

Os substantivos podem denominar entidades de primeira ordem, ou seja partem do mais concreto e ocupam um espaço tridimensional num momento do tempo, como exemplos: homem, gato, caneta etc.; entidades de segunda ordem, pois passa por estados de coisas, mas se localizam no tempo e podem ter uma duração maior ou menor, não têm existência concreta, como em chegada, beleza, morte etc.; entidades de terceira ordem, e chega às entidades abstratas, fora do tempo e do espaço, localizadas no universo mental e sentimental, como em ideia, razão, crença etc. Bagno acrescenta uma quarta ordem, aquela que habita um terceiro mundo, que não é nem real e nem mental, mas sim virtual, como em *chat, download, site, e-mail* etc. (BAGNO, 2011).

Esse autor, enfim nos passa a lição de que se quisermos tratar de substantivos e adjetivos de modo prático, vale a pena retomar a lição de João de Barros em sua gramática de 1940 que dizia: "o teste é substituir o termo pela palavra *coisa*: se a substituição for possível, é porque se trata de um substantivo (*coisa forte*); se não for possível, é um adjetivo (**cavalo coisa*)" (*apud* BAGNO, 2011, p. 697). E conclui, qualquer palavra antecedida do artigo *o/a/os/as* é substantivo, essa é "a receita para transformar qualquer palavra de qualquer classe num substantivo, como em: o olhar, o azul, o bem, o antes e o depois, o como e não o porquê, o onde e o quando..." (p. 697). Esses são os seus postulados.

5. *A gramática de Cunha e Cintra (2007) e as classes de palavras*

Na gramática de Cunha e Cintra (2007) esse tema é tratado de forma bem compartimentada, os autores definem substantivo, classificam-no, e mostram o seu emprego, é uma gramática que merece ser consultada. Esses autores dizem que na morfologia dos adjetivos poucos podem ser considerados primitivos, que designem por si mesmo qualidade, sem referência a uma substância ou ação que a representem, dizem que a maioria dos adjetivos derivam de um substantivo ou de um verbo.

Para eles, a subdivisão dos nomes substantivo e adjetivo só podem ocorrer obedecendo a um critério basicamente sintático, funcional. Sendo o adjetivo essencialmente um modificador do substantivo, que serve para indicar uma qualidade (ou defeito), como em 'inteligência lúcida' e 'homem perverso'; indicar um modo de ser, como nos exemplos: 'pessoa simples' e 'moça delicada'; indicar aspecto ou aparência, como: 'céu azul' e 'vidro fosco'; e indicar estado, como em 'casa arruinada' e 'laranjeira florida'.

Cunha e Cintra (2007), também dizem que o adjetivo serve para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, espaço, matéria, finalidade, propriedade etc., como nos exemplos, (p. 259): nota mensal, movimento estudantil, casa paterna, vinho português.

6. *As classes de palavras e a gramática em Castilho (2012)*

Para se falar de língua e gramática, antes é preciso se ter em mente que quando se lida com uma língua natural, operamos com um "objeto científico escondido" (CASTILHO, 2012, p. 41), e o português brasileiro não escapa à essa dificuldade.

Esse autor compara o trabalho de gramáticos e linguísticas ao de um botânico, enquanto este trabalha com a fisiologia, a anatomia e a doença que atacam as plantas, que são externos a ele, é dado do mundo real, isso não quer dizer que nas ciências exatas e biológicas não ocorram teorizações em que a imaginação tenha seu lugar, mas o objeto continua externo; aqueles "operam com um objeto guardado em sua mente e na mente dos indivíduos de sua comunidade, lidando com uma propriedade interna a ele, não evidente no mundo real" (CASTILHO, 2012, p. 41), esse objeto são as línguas, à qual sempre se produz resultados incompletos.

Quando procuramos teorizar, saímos procurando diversas teorias linguísticas e gramaticais, tentando ordená-las em várias direções, dependendo do nosso interesse. "Teorizar vem de teoria, palavra grega que significa mais ou menos 'ponto de vista'" (CASTILHO, 2012, p. 42), no nosso caso um ponto de vista sobre a língua e sua gramática. A palavra teoria vem do substantivo grego *theoría* que se deriva do verbo *theo*, que significa ver. O substantivo *théatron*, em português teatro é o lugar onde se vê (o espetáculo), e faz parte dessa etimologia.

Diante disso, os linguistas e gramáticos quando falam de língua, geralmente, tomam quatro grandes direções, veem a língua como um *conjunto de produtos*, o que chamamos de gramática descritiva; como *conjunto de processos mentais, estruturantes*, sua gramática será funcionalista-cognitivista; como *conjunto de processos e produtos que mudam ao longo do tempo*, sua gramática será histórica; e a língua tida como conjunto de bons usos, sua gramática será prescritiva (CASTILHO, 2012).

O segundo ponto do nosso artigo, faz referência à estrutura do sintagma adjetival, para que possamos fazer a relação entre essas duas classes de palavras, o substantivo e o adjetivo. Castilho (2012) nos chama a atenção para os adjetivos, quando diz que os mesmos constituem um sintagma de formato semelhante ao dos demais sintagmas, SAdj = (Especificador) + Adj + (Complementador).

Como já especificamos a gramática latina não distinguia adjetivos de substantivos, reunindo-os sob a denominação de *nomen* (nome), com as especificações *nomen substantivum* e *nomen adiectivum*, isso ocorria devido aos pontos de contato morfológico entre essas classes. Foi a partir do século XVIII que os gramáticos das línguas românicas passaram a tratar o adjetivo separadamente do substantivo, segundo Castilho (2012), os gramáticos argumentavam que haviam diferenças morfológicas entre o adjetivo e o substantivo.

Apesar, dos pontos de contato e compartilharem as propriedades morfológicas de gênero e número, afastam-se, porque, segundo Castilho (2012):

1. O adjetivo aceita flexão de grau, expressa por sufixos produtivos, como em branquíssimo, ou por terminações que são vestígios do latim, como em maior, menor, melhor, pior, ou por Especificadores e Complementadores: [mais Adj. do que X], [tão Adj como X], [o mais

Adj dos X], como em "mais branco do que neve", "tão branco como a neve", "a mais branca das neves".

Câmara Jr. (*apud* CASTILHO, 2012), nos mostra que as duas classes de palavras se comportam da mesma forma quanto ao morfema {-s}, marcador de plural, como vemos no substantivo 'mesas' e no adjetivo 'brancos'. Já o sufixo {-íssimo} só ocorre com o adjetivo, sendo repellido pelo substantivo. Quando esse sufixo se aplica a um substantivo, ocorre sua recategorização, como em "o governador é candidatíssimo à presidência da República". Quanto ao grau do adjetivo é a intensificação ou a atenuação de traços predicativos, é os substantivos são expressões referenciais, não graduáveis. Os substantivos têm sufixos derivacionais que indicam o tamanho, como em 'mesona', 'mesinha', isso quer dizer que tamanho não é grau.

2. Adjetivos podem ser criados por derivação de modo, expressa por {-vel}, como em amável (o que pode ser amado), provável (o que pode ser provado). Já os substantivos não aceitam esse sufixo, como 'mesável', salvo quando se quer transformá-lo em adjetivo, como em 'reito-rável, papável, exemplos vindos de Rodolfo Ilari, segundo Castilho.

3. O adjetivo aceita a derivação por {-mente}, transformando-se em advérbios como em 'facilmente', que não ocorre com os substantivos, como em 'mesamente', salvo quando se pretende adverbializá-lo, em que o autor se utiliza de exemplo de Basílio, "Morfologia e Castilhamente, um estudo das construções X-mente no português do Brasil".

4. O adjetivo aceita a derivação de quantificação, expressa por {-oso, -al}, como em estudioso (o que estuda muito), sensacional (o que causa muita sensação), e que não ocorre com os substantivos, como 'mesosa, mesal'. (CASTILHO, 2012)

Castilho (2012), enfim, justificou com isso os seus argumentos para a conveniência de distinguir adjetivos de substantivos do ponto de vista da morfologia.

7. *A gramática em Neves (2011)*

A proposta de Maria Helena Moura Neves, exposta na apresentação de sua *Gramática de Usos do Português Brasileiro*, foi a de compor uma gramática da língua portuguesa atual, mostrando como se explicitam as regras que regem o funcionamento desta língua, em todos os níveis;

tomando como suporte para esta análise seu uso em textos reais. Por esta razão, segundo a autora: “O que está abrigado nas lições é, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância”. (NEVES, 2011, p. 13).

Para empreender tal objetivo a autora parte das tradicionais classes de palavras distribuindo-as em quatro grandes blocos de assuntos: parte I – a formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites, parte II – a referência situacional e textual: as palavras fóricas, parte III – a quantificação e a indefinição e parte IV – a junção. Essa estratégia, segundo a autora visa facilitar a busca pelo leitor ou consultante comum, que não seja estudioso da língua portuguesa.

Neves assume a necessidade de uma investigação gramatical que descreva o comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos diferentes níveis e funções que atuam e exerçam, pensamento compartilhado por todos os linguistas e gramáticos aqui elencados neste artigo.

Na primeira parte de sua gramática, que trata da formação básica das predicções, a autora recebe colaboração de Francisco Borba para analisar o verbo e o substantivo; de Maria Tereza Camargo Biderman para colaborar com o substantivo, ambos da UNESP; e de Ataliba Teixeira de Castilho da USP para colaborar com o adjetivo e o substantivo, que é o foco do nosso trabalho.

Na tarefa da natureza da classe do substantivo Neves (2011) postula que a classe denominada de substantivos, ou nomes abriga dois grupos de elementos muito diferentes entre si conforme a denominação, os substantivos comuns e os substantivos próprios, conforme os exemplos abaixo (p. 67):

Começou a obter grande voga de flores ambíguas, isto é, a de NOME tomado a um sentimento humano. (ESS) Aqui nome se refere ao nome de uma classe de flores.

Mas entendo: eu devo ter sido prejudicada pela troca de NOME. (PEL) Aqui se refere ao nome de uma pessoa.

Na natureza da classe dos adjetivos, Neves (2011, p. 173), diz que os adjetivos são usados para substituir uma propriedade singular a uma categoria denominada por um substantivo, que funcionam qualificando ou subcategorizando, como nos exemplos:

Lembro-me de alguns, Dr. Circinato Richter, homem GRANDE, GENTIL e SORRIDENTE, que às vezes trazia seu filhinho Roberto e a esposa, moça BONITA E SIMPÁTICA. (ANA) Aqui qualificando.

Foi providenciada perícia MÉDICA e estudo PSICOLÓGICO. (ESP) Aqui subcategoriza.

Observamos que nas mais de 162 páginas que Neves discorre sobre o substantivo e o adjetivo, mais precisamente, 106 para o substantivo e 56 para os adjetivos, concorda-se que é uma gramática com grandes peculiaridades, que necessitaria de bastante tempo e estudo para compreendê-la.

8. *As classes de palavras (substantivo e adjetivo no livro Porta Aberta*

Vale destacar neste trabalho os aspectos morfológicos do livro didático *Porta Aberta* (2011) do 3º ano do ensino fundamental de Bragança & Carpaneda, do PLND 2013, 2014 e 2015, adotado na maior parte das escolas do município de Imperatriz, aspectos relacionados as classes de palavras substantivos e adjetivos.

O livro está dividido em quatorze unidades, sendo que a partir da unidade 5 no estudo da língua, que surge o substantivo próprio e o comum, na unidade 7 o número do substantivo – singular e plural, na unidade 8, o gênero do substantivo – masculino e feminino, na unidade 9, o grau do substantivo – aumentativo e diminutivo, dando um salto chega-se a unidade 13 que faz o estudo do adjetivo.

Bragança & Carpaneda (2011) apresentam no livro didático o estudo da língua, na unidade 5 que trata do substantivo, dizem que todas as coisas têm um "nome", em seguida conceituam substantivo como palavras que dão nome a pessoas, animais, plantas, objetos, lugares e sentimentos. A partir desse conceito, dizem que os substantivos comuns dão os nomes de objetos, plantas, frutas, flores e sentimentos, e os substantivos próprios dão os nomes de pessoas, lugares e animais domésticos.

Para a elaboração de um exercício, informam ao leitor que "os substantivos comuns são escritos com letra inicial minúscula, a não ser que venham depois de algum sinal de pontuação, e os substantivos próprios sempre são escritos com letra inicial maiúscula" (BRAGANÇA & CARPANEDA, 2011, p. 110).

A unidade 7 do livro, trata do substantivo na sua forma singular e plural, antes é apresentado aos alunos as palavras criança e crianças para

que discutam a diferença que existe entre as duas formas desse substantivo, para em seguida se mostrar que o plural dos substantivos, normalmente acrescentamos um -s. Porém, avisam que há duas formas de se fazer o plural e que vai depender das diferentes terminações do substantivo singular, como por exemplo: senhor – senhores, jardim – jardins, nariz – narizes, animal – animais, barril – barris, lençol – lençóis, pastel – pastéis.

Diante do exposto, percebemos a complexidade dos exemplos demonstrados para as crianças, que não é só colocar -s no final da palavra. A criança tem direito de conhecer esse grau de complexidade, as autoras dão como exemplo as palavras pires, tênis, lápis, ônibus, que indicam apenas um elemento. Quando estão na resolução de atividades nessa unidade, elas apresentam, às crianças, as primeiras características da narradora de um conto, sem informar que estas palavras são adjetivos.

A unidade 9 apresenta o grau do substantivo, aumentativo e diminutivo, as autoras informam que no substantivo, há três graus, o grau normal, que indica tamanho normal, o aumentativo, que indica tamanho grande, e o diminutivo, que indica tamanho pequeno. Dizem, que o grau aumentativo termina em -ão e o diminutivo em -inho e -inha, mas há outras formas de aumentativo e diminutivo. Na página seguinte eles avisam que nem sempre o -ão é aumentativo, como em furacão, limão; e que nem todas as palavras terminadas em -inha são diminutivos, como em farinha, linha, rainha etc. O aumentativo nem sempre indica coisa maior, como amigão, que pode expressar grande amizade.

De acordo com as gramáticas mais atuais, que estamos analisando e refletindo sobre o substantivo ambas afirmam que o grau não ocorre nos substantivos, o que se tem é uma ideia de tamanho, que só se dar por derivação, segundo Bagno (2011), porém parece ainda arraigada pela tradição gramatical da Nomenclatura Gramatical Brasileira e a Portuguesa que seguem uma longa tradição no ensino do idioma (CUNHA & CINTRA, 2007).

Na unidade 13, a penúltima unidade, as autoras apresentam a classe dos adjetivos, apesar de já vindo dando pinceladas ao longo do livro sem denominá-la. Elencam uma série de palavras para dar características a um cachorro personagem de uma estória, como galante, forte, bonito, especial etc. Retoma os substantivos para dar-lhes características, para enfim, nomear adjetivo como a palavra que acompanha o substantivo, dando qualidade aos seres, caracterizando-os, assim, encerra o assunto.

Enfim, percebemos que as autoras, ao produzirem os conteúdos do livro didático do 3º ano, se embasaram, ora em autores que circulam somente pela teoria gramatical, ora por autores que acreditam em um ensino mais renovado e inovador.

9. Conclusão

Consideramos que as gramáticas aqui pesquisadas apresentam sua utilidade para o ensino da língua portuguesa, tentamos averiguar qual sua validade como suporte de ensino, entendeu-se que foi imperioso o que nos informam as gramáticas de Bagno, Cunha e Cintra, Castilho, Neves, Perini para a compreensão do tema abordado, como também são riquíssimas suas contribuições para o encaminhamento da análise linguística a ser mediado pelo professor, dessa forma, recomendamos a consulta e utilização dessas como suporte nos trabalhos de sala de aula.

Tal recomendação se baseia na análise feita a partir da abordagem destas gramáticas. Concordamos com Bagno (2009), quando diz que são danosas as repercussões quanto à opinião de alguns no tocante à língua e ao ensino de língua, transformando em rematadas inverdades:

- 1 “os linguistas são favoráveis ao vale-tudo da língua” – mentira!
- 2 “eles apregoam a inutilidade do conhecimento da tradição normativa” – balela!
- 3 “os linguistas defendem o uso da ‘linguagem popular’ ou ‘caipira’ em todas as instâncias de interação social falada ou escrita” – calúnia!
- 4 “eles negam a necessidade de aprendizado, por parte das classes desfavorecidas, das prestigiadas de falar e de escrever” – lorota!
- 5 “os linguistas aplaudem o uso irrefreado de termos estrangeiros no cotidiano” – piada de mau gosto!
- 6 “os linguistas recomendam jogar no lixo todas as gramáticas e dicionários” – conversa fiada! (p. 20)

Para Bagno (2011) e em especial Antunes (2009), no trabalho de educação linguística na escola, é preciso não se deixar embriagar pelo seu conteúdo, pois a mesma tem sido mestra nisso: “tapeia-nos com os rótulos que têm as coisas da linguagem e nos priva de saborear seu gosto e provar do seu fascínio” (ANTUNES, 2009, p. 134).

E assim tem-se a língua como faculdade mais poderosa, o principal meio de apreensão da realidade e de intervenção nessa mesma reali-

dade, vivemos mergulhados na linguagem, não podemos viver fora dela, estamos imersos na língua como os peixes na água, para Bagno ela é formada por um conjunto de sistemas: “LINGUAGEM = Léxico + Gramática + Discurso + Semântica: circulam, colidem se fundem” (BAGNO, 2011).

Fundamental, segundo esses autores é que a escola possibilite a seus aprendizes leitura, escrita e letramento que abrem portas de incontáveis mundos discursivos, e é por meio da escolarização institucionalizada que esses aprendizes não tenham só o que dizer. Para Bagno e Oliveira é preciso saber dizer o que se tem a dizer, ou seja, “saber usar os múltiplos recursos que a língua oferece para a interação social” (BAGNO, 2011, p. 76), senão “encontraremos indivíduos que não sabem se expressar: nem dizer, nem escrever, nem pintar, nem desenhar, nem esculpir, nem dançar, nem representar, nem tecer, nem pensar. Somente falar” (OLIVEIRA, 2011, p. 58). Tendo isso em mente, sabemos que a função da escola é fazer com que esse aprendente saiba dizer e não apenas comunicar.

Portanto, discutimos questões teóricas e práticas voltados ao ensino de morfologia (substantivo e adjetivo), bem como o uso, e a análise de materiais didáticos a partir de teorias e análises linguísticas no estudo das gramáticas que se queremos empreender em trabalho futuro, que remontam desde o início da sistematização da língua, até as considerações mais contemporâneas sobre a mesma no ensino da língua portuguesa e sua relação com a prática docente, ou seja, das teorias até a prática de análise linguística e estudo da gramática e suas variações em contextos de ensino. Esta pesquisa fará parte de um projeto maior que tem como escopo a elaboração de uma gramática para as séries iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português – encontro e interação*. 9. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

BORBA, Francisco da Silva et al. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais da Educação Básica/Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARPANEDA, Isabella P. de Melo. BRAGANÇA, Angiolina D. *Porta aberta: letramento e alfabetização, 3º ano, 2011*. 3. ed. São Paulo: FTD, 2013.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. *A gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos*. Campo Grande: Oeste, 2011.